

16 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) foi criado no início de 1999, com o propósito de conferir maior coordenação a um conjunto amplo de políticas industriais e de comércio exterior, sob a compreensão de que desenvolvimento não resulta automaticamente da combinação eficaz das políticas fiscal, monetária e cambial, embora encontre nelas as condições macroeconômicas de sua sustentabilidade.

A missão do MDIC é promover o desenvolvimento econômico sustentável, a competitividade empresarial, o acesso simplificado a mercados de exportação, a incorporação de um universo crescente de empresas no setor produtivo, com ênfase nas micro e pequenas empresas, com vistas à expansão da ocupação e renda e redução das desigualdades sociais e regionais.

Em 2002, a estratégia do Ministério compreendeu um conjunto de programas e ações orientados pelas seguintes diretrizes básicas: a) promoção das exportações, visando a inserção competitiva do País no mercado globalizado; b) substituição competitiva de importações; c) apoio constante e organizado às micro, pequenas e médias empresas; d) desenvolvimento regional; e e) atração de investimentos em torno dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

No que se refere à reestruturação da indústria brasileira, a atuação do MDIC teve por objetivo a indução e o fortalecimento do sistema industrial brasileiro, mediante ações que favorecessem a sua expansão, a modernização contínua de sua capacidade de produção e a elevação de seus níveis de produtividade, como meios para uma inserção competitiva na economia internacional e para a melhoria do bem-estar da população brasileira.

A atuação do BNDES no desembolso de recursos ao setor industrial foi expressiva. Em 2002, os desembolsos do Banco atingiram R\$ 37,419 bilhões, dos quais R\$ 17,428 bilhões foram captados por esse setor (47%). Outros 35% (R\$ 12,960 bilhões) foram destinados ao setor de infra-estrutura.

Em 2002, foram lançados dois novos fóruns de competitividade: transporte aéreo e turismo. Somados aos seis fóruns lançados em 2000 e 2001 (Construção Civil, Têxteis e Confecções, Transformados Plásticos, Eletroeletrônico, Madeira e Móveis e Couro e Calçados), existem, portanto, oito fóruns de competitividade instalados. Os fóruns instalados trabalham com foco nos resultados e mantêm um cronograma de reuniões periódicas entre Governo e Setor Produtivo para balanço e avaliação dos trabalhos. A Cadeia Produtiva de Têxteis e de Confecções foi a primeira a assinar com o Governo um Contrato de Competitividade, instrumento que marca o fechamento do ciclo completo de um Fórum de Competitividade (diagnóstico, agenda de propostas, encaminhamento e solução de problemas e gargalos, primeiros resultados do setor produtivo e compromisso e ratificação de metas).

Outro grande impacto no setor industrial foi obtido em virtude da implementação da Lei de Informática, aprovada em janeiro de 2001 mas cujos efeitos práticos só se iniciaram no final daquele ano. Diversas empresas foram habilitadas ao usufruto de benefícios fiscais. Como contrapartida, elas deverão investir um percentual de seu faturamento bruto obtido no mercado interno em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na área de tecnologia da informação e cumprir o Processo Produtivo Básico (PPB). Em relação a este requisito este Ministério e o Ministério da Ciência e Tecnologia publicaram, em 23 de outubro de 2002, Portaria conjunta regulamentando o procedimento de fiscalização do seu cumprimento por parte das empresas.

No comércio exterior, o ano de 2002 registrou o maior superávit comercial desde 1994, resultado do recorde de exportações de US\$ 60.361 milhões, com importações de US\$ 47.241 milhões. Esse resultado contribuiu para reduzir o déficit em transações correntes, que passou de US\$ 23,2 bilhões (jan-nov/2001) para US\$ 7,5 bilhões (jan-nov/2002). Em termos percentuais, o déficit em transações correntes sobre o PIB passou de 4,5% para 1,75%, demonstrando, portanto, a redução da vulnerabilidade das contas externas do País em 2002.

Embora as exportações para a Argentina, tradicional parceiro comercial do Brasil, tenham decrescido 53,2% em relação a 2001, (US\$ 2.342 milhões, em 2002, contra US\$ 5.003 milhões, em 2001), o valor exportado para os demais países apresentou incremento de 9%, passando de US\$ 53.220 milhões para US\$ 58.223 milhões.

Como características desse incremento, merecem destaque a recuperação, a partir do segundo semestre, das exportações de produtos manufaturados, mesmo com a queda expressiva das exportações desses

produtos para a Argentina (55,4%), e a presença de 5 produtos manufaturados entre os 10 principais produtos da pauta exportadora: aviões, aparelhos transmissores/receptores, automóveis, calçados e motores para veículos.

A ampliação da participação do Brasil na economia internacional, buscando atender aos interesses do setor privado nacional, também foi um dos temas prioritários do Ministério. Nesse sentido, destacaram-se as negociações do Mercosul com a União Européia e com a África do Sul, visando o estabelecimento de uma zona de livre comércio inter-regional, e o Acordo de Complementação Econômica (ACE) entre o Mercosul e o México, como um acordo-quadro para amparar todos os acordos bilaterais existentes, inclusive os firmados entre Brasil e México: ACE 53 – diversos segmentos produtivos – e ACE 55 – setor automotivo. As negociações multilaterais no âmbito da OMC e para implantação da ALCA também tiveram grande acompanhamento por parte do MDIC.

Quanto ao fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, diversos resultados positivos foram alcançados em 2002. O Programa Brasil Empreendedor vem superando várias de suas metas. De outubro de 1999 a dezembro de 2002, foram capacitados 6,07 milhões de empreendedores e realizadas 5,19 milhões de operações de crédito, com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 34,65 bilhões, e foi ampliada a utilização dos fundos de aval e seguro de crédito por essas empresas, por meio do Fundo de Aval para Micro e Pequena Empresa – Fampe, do Sebrae, do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade – FGPC, do BNDES, do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – Funproger, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Seguro de Crédito da Caixa Econômica Federal.

A seguir, são apresentadas informações sobre a execução das principais ações dos programas afetos aos diversos órgãos que compõem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Indústria

O programa **Brasil Classe Mundial** visa elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País. Para isso, a implementação de suas ações passa pelo estabelecimento de diagnóstico conjunto com o setor produtivo e de Governo em torno de ações e metas a serem estabelecidas para elevar a competitividade internacional das empresas, produtos e serviços, com vistas à geração de emprego, incremento das exportações, competição com as importações e desconcentração regional da produção.

Uma de suas principais ações é a *instalação de Fóruns de Competitividade por cadeia produtiva*. Os Fóruns de Competitividade constituem espaços de diálogo entre o setor produtivo (sob a forma de representações de empresários e trabalhadores) e o Governo para, em primeiro lugar, promover a discussão e busca de consenso em relação aos problemas, oportunidades e desafios de cada uma das cadeias produtivas que se entrelaçam na economia brasileira. Após o consenso em torno de um diagnóstico, os debates são dirigidos para a definição de um conjunto de ações e metas desafiadoras para a solução dos problemas e aproveitamento das oportunidades, tendo em vista os objetivos do programa.

No ano de 2002, foram instalados os Fóruns de Competitividade do Transporte Aéreo e do Turismo. Existem ainda três Fóruns em fase preparatória, com previsão de instalação em 2003, estando pendentes apenas acertos finais com o setor produtivo: Complexo Automotivo, Aeroespacial e Siderúrgico. Estão em fase de estudos os relativos a Bens de Capital, Cosméticos e Naval e Marinha Mercante.

Os Fóruns instalados trabalham com foco nos resultados e mantêm um cronograma de reuniões periódicas entre Governo e Setor Produtivo para balanço e avaliação dos trabalhos. Todas as ações propostas são apresentadas em Projetos Executivos (justificativas, responsáveis, medidas a serem tomadas, cronograma e prazos). Os Projetos Executivos aprovados passam a ser tratados em um esforço concentrado de solução por parte do Governo e do setor produtivo. O detalhamento das ações propostas nesses Projetos tem por objetivo a precisão do passo a passo operacional (como e por quem as ações serão implantadas) e a quantificação e avaliação dos impactos decorrentes das ações para permitir a tomada de decisão.

Em cada Fórum, na medida em que os resultados desse esforço conjunto para a solução dos problemas e gargalos e para o aproveitamento das oportunidades atingem um nível considerado suficiente pelas partes para basear definição de contrapartidas do Setor Produtivo, é elaborado um Contrato de Competitividade, que define os compromissos das partes.

No dia 19 de setembro de 2002, em solenidade realizada no MDIC, foi assinado o primeiro Contrato de Competitividade, entre a Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções e o Governo, concluindo assim o ciclo completo de um Fórum.

A *criação e promoção da Marca Brasil* é uma ação cujo propósito é apresentar os produtos nacionais com maior visibilidade internacional como forma de divulgar a imagem do Brasil como um país que fabrica produtos e presta serviços com qualidade. No decorrer de 2001, a ação foi consolidada e, em março de 2002, foram premiados os 10 primeiros produtos com nível de competitividade internacional, capazes de concorrer e até superar seus similares com relação a preço e desempenho. O segundo ciclo do “*Premiun Brasil*” está em andamento. Já foram feitas as inscrições, e a premiação deverá ocorrer em 2003.

Em 2002, foram realizados 12 *Estudos para identificação dos entraves ao reposicionamento competitivo de cada cadeia produtiva selecionada na área industrial*. Por intermédio do Convênio 08/01, celebrado com a Fundação Economia de Campinas/FECAMP, foram concluídos 10 estudos de identificação dos entraves ao reposicionamento competitivo, com foco nas seguintes cadeias: a) Siderurgia; b) Química (Petroquímica); c) Automobilística; d) Química (Transformados Plásticos); e) Bens de Telecomunicações; f) Bens Eletrônicos de Consumo; g) Bens de Capital Seriados; h) Química (Farmacêutica); i) Papel/Celulose; e j) Bens de Informática.

Esses 10 (dez) estudos foram a contrapartida para a realização de outros 10 (dez) estudos, financiados pelo Fundo Verde e Amarelo, do Ministério da Ciência e Tecnologia, como segue: a) Madeira e Móveis; b) Cosméticos; c) Café; d) Cítricos; e) Couro e Calçados; f) Têxtil e Confecções; g) Cerâmica; h) Biotecnologia (área de saúde); i) Biotecnologia (área de agronegócios); e j) Construção Naval.

Os demais estudos foram os seguintes: Desenvolvimento de ação de apoio à cadeia da indústria naval e marinha mercante; e Melhoria da qualidade no processo produtivo de confecções.

A ação *Implantação de Sistema de Identificação e Divulgação de Barreiras Técnicas*, responsável pela implementação do SISBATEC – Sistema de Informação sobre Barreiras Técnicas enfrentadas pelos exportadores brasileiros – permitiu a constituição de um sistema de informações que reúne, de forma dinâmica, sistematizada e continuada dados concretos sobre as barreiras técnicas enfrentadas pelos exportadores nacionais. São incluídas tanto as barreiras que inibem como aquelas que apenas oneram ou dificultam a exportação (na medida em que dessa forma afetam a competitividade do produto nacional no mercado de exportação).

O sistema é capaz de: constituir um instrumento útil de informações para os exportadores nacionais; permitir que o Governo Brasileiro possa adotar as medidas cabíveis, em foros internacionais ou de forma bilateral, visando a eliminação de barreiras ilegítimas; permitir que se empreendam esforços no sentido de criar condições técnicas de superação de barreiras consideradas legítimas (ou de difícil comprovação de ilegitimidade), inclusive na negociação de acordos de reconhecimento mútuo nos níveis adequados.

O objetivo do Programa **Design Brasil** é promover o fortalecimento da Marca Brasil nos mercados interno e externo, por meio da inserção do *design* junto às indústrias brasileiras. O programa desenvolve um trabalho de apoio aos setores produtivos, abrangendo a conscientização, promoção e difusão, informação, normalização e proteção legal, capacitação de recursos, integração e fortalecimento da infra-estrutura do *design*, articulação e fomento.

Nesse sentido, algumas de suas ações, realizadas mediante convênio entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – e o Serviço de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE, contribuíram para a obtenção de bons resultados em 2002.

A ação *Campanha de Promoção do Design Brasileiro* tem como finalidade incentivar o uso do *design* como ferramenta de agregação de valor para produtos e serviços, a fim de criar identidade para os produtos e alavancar as exportações brasileiras. Para tanto, foram realizadas campanhas que demonstrassem a importância dessa ferramenta para a melhoria dos produtos nacionais e a sua conseqüente inserção nos mercados internacionais.

As principais campanhas foram os *Workshops* de tendências em design. Os principais pólos atendidos com esses eventos foram o moveleiro (10 workshops), de calçados (14 workshops) e de têxteis e confecções (26 workshops). No Fórum de Têxteis e Confecções, houve um convênio para a promoção e exposição das Oficinas e Workshops do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT.

A ação *Estudos na área de design* engloba os estudos de tendências de design e da marca Brasil. Foram concluídos os estudos de tendências em design nos setores moveleiro, de couro e calçados e de têxteis e confecções. Foram produzidos e publicados *CD Rom e Caderno de Tendências em Design*, relativos a esses trabalhos. Coube a cada setor 2000 exemplares. As empresas participantes dos Workshops pertencentes aos dois primeiros setores já receberam os seus respectivos *CD Rom*. Merece destaque também a publicação do livro “Design e Moda”, em parceria com o IPT. Além disso, foi produzido o Guia de Design em Calçados, que deverá ser lançado em 2003.

A ação *Fomento à Capacitação Tecnológica em Design de Setores Industriais* priorizou os setores moveleiro, de têxteis e confecções e de calçados em 2002. Foram realizadas diversas Oficinas de Design, compreendendo 15 pólos com 10 empresas cada um, nas seguintes localidades: a) moveleiro: Ubá/MG; Linhares/ES; Recife/PE; Macapá/AP; Paragominas/PA; b) calçados: São João Batista/SC; Campina Grande/PB; Nova Serrana/MG; Birigui/SP; e c) confecção: Goiânia/GO; Santa Cruz/PE; Fortaleza/CE; Teresina/PI; Divinópolis/MG; Nova Friburgo/RJ e Região. Cabe destacar que tanto as Oficinas como os Workshops de Design são realizados em parceria com o IPT.

A finalidade do programa **Gestão de Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços** é apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços. Suas ações devem, pela própria natureza, ser executadas pela administração direta, em articulação com os órgãos responsáveis pelo planejamento, avaliação e controle de suas unidades vinculadas.

A idéia é que o gerente deste programa possa exercer o papel de coordenação e apoio à ação dos gerentes dos programas finalísticos do órgão, bem como de interlocução com o órgão central de planejamento nas atividades de formulação e revisão de políticas e de programas, como forma de harmonizar as propostas.

A ação *Cadastro Nacional de Empresas Mercantis* é de responsabilidade do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. O DNRC desenvolve vários projetos de ações que têm por objetivos: possibilitar que os serviços do registro do comércio e atividades afins sejam exercidos em todo o País de maneira uniforme, harmônica, interdependente e em consonância com os anseios da sociedade; prestar serviços de registro mercantil e atividades afins no âmbito do Distrito Federal; disponibilizar informações sobre o universo das empresas em funcionamento no País.

De janeiro a dezembro de 2002, com base em dados estatísticos divulgados pelas Juntas Comerciais, o número de empresas cadastradas foi de 1.313.290, sendo 444.635 constituições, 716.550 alterações, 136.626 extinções e 15.479 cancelamentos. Cabe salientar que não foram computados os dados das Juntas Comerciais de Mato Grosso e Roraima, relativos a dezembro/2002, por não terem sido consolidados ainda.

Dentro da ação *Estudo para o Setor de Comércio e Serviços*, foi realizado apenas um estudo, que levantou as principais atividades dos setores de Comércio e Serviços, identificou os principais setores e apresentou informações que possibilitam identificar um diagnóstico do setor e, também, a situação dos investimentos realizados (inclusive o investimento estrangeiro) e interesses de negociadores internacionais.

Este estudo auxiliará a elaboração de políticas públicas e a preparação de uma agenda negociadora, prevendo impactos de liberação, sensibilidades e prioridades para a área. Os recursos liberados para a ação foram gastos no planejamento de estudos e no deslocamento dos técnicos junto aos elos das cadeias produtivas que estão sendo trabalhadas e que já foram instaladas.

O Programa **Metrologia e Qualidade Industrial**, de responsabilidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO - tem como objetivo elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

A *avaliação de conformidade* foi uma das ações prioritárias do INMETRO ao longo de 2002. Dentre as atividades desenvolvidas nesta ação, destaca-se a implantação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade – PBAC, cujo objetivo é promover a gestão estratégica da atividade de avaliação da conformidade, de forma a contribuir para o crescimento econômico do País, o fortalecimento dos setores produtivos, a proteção à saúde e à segurança dos consumidores e a proteção ao meio ambiente.

Os aspectos estratégicos deste programa lidam com questões estruturais, que consideram um horizonte de longo prazo, tais como: equacionamento financeiro da atividade; reconhecimento mútuo multilateral, regional e bilateral; formação de recursos humanos; e orientação e incentivo à qualidade. Os aspectos táticos e

operacionais consideram os diversos mecanismos de avaliação da conformidade (certificação, declaração do fornecedor, etiquetagem, inspeção e ensaios), os quais vêm sendo utilizados de forma equilibrada nesse processo.

A implantação da verificação da conformidade, que consiste em realizar ensaios em amostras de produtos com conformidade avaliada coletadas nos pontos de venda, objetiva verificar se os produtos chegam ao mercado preservando as características baseadas nas quais tiveram sua conformidade avaliada em relação às normas ou regulamentos estabelecidos.

Somente os países da União Européia e os Estados Unidos exerciam essa atividade. O Brasil, por meio da ação do Inmetro, é o primeiro país fora desse grupo a adotar esta prática ao implantar, em 2002, o Programa de Verificação da Conformidade (*market surveillance*) dos produtos de Fios e Cabos. Estão em fase de desenvolvimento e implementação os seguintes programas de verificação da conformidade: mangueira GLP, barras e fios de aço e estabilizadores de tensão.

Além disso, foi lançado o Programa de Avaliação da Conformidade do processo de Produção Integrada de Frutas - PIF. O primeiro processo produtivo certificado foi o da maçã, e foram contemplados, até 31 de dezembro de 2002, os processos de produção de uva e manga. Foi implantado também o Programa de Certificação do Manejo Florestal de Plantações. Ambos os programas contribuem para a superação de barreiras técnicas.

Merece destaque, também, a obtenção do reconhecimento do Inmetro junto ao *International Aerospace Quality Group – IAQG*, que permite atender à demanda do setor Aeronáutica e Espaço, em particular à Embraer, permitindo que as indústrias deste setor consigam maior inserção no mercado internacional.

Para auxiliar a fiscalização, foi criado um banco de dados de produtos com conformidade avaliada e está sendo implantado o Plano Anual de Fiscalização Específico para 2003 dos órgãos da Rede Nacional de Metrologia Legal (RNML), para os produtos regulamentados. Um comitê foi criado com membros da Diretoria da Qualidade e com a Coordenação Geral de Credenciamento do INMETRO para avaliação das dificuldades no atendimento ao programa de desempenho energético.

Foi implantado o Programa de Certificação Compulsória de Mobiliário Escolar - conjunto aluno (mesa e cadeira) - e o Programa de Certificação Compulsória de cilindros de alta pressão para armazenamento de Gás Natural Veicular - GNV. Foi iniciado também o desenvolvimento do projeto piloto, para a área da Qualidade, com o produto extintor de incêndio, que objetiva automatizar as atividades de fiscalização realizadas pela Rede Nacional de Metrologia Legal.

Em parceria com um programa de televisão, 12 produtos tiveram sua conformidade avaliada pelo INMETRO, o que representa 85,7% da meta prevista para 2002, de 14 produtos avaliados.

A ação *controle metrológico de instrumentos de medição e de produtos* superou a meta prevista para o exercício de 2002. Foram realizados 9.165.727 de exames em produtos e instrumentos de medição, contra uma meta de 9 milhões de instrumentos/produtos verificados. Podem ser destacadas as seguintes realizações: inauguração do Instituto de Pesos e Medidas de Roraima; a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade em setores do Ibametro (BA), IPem-SP e IPem-PR.

Visando auxiliar a fiscalização dos Órgãos delegados da RNML, foi automatizado o Processo de Fiscalização, tendo como IPem piloto o Ibametro. Além disso, foram desenvolvidos cursos para formação de metrologistas e treinamentos de reciclagem para toda a RNML.

Outra ação relevante neste exercício foi a *padronização e disseminação das unidades de medida*. Essa ação abrange realização, reprodução, manutenção, comparações-chave e disseminação das unidades de medidas do Sistema Internacional (SI), bem como pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

Entre os principais resultados alcançados em 2002, vale salientar: a) a aceitação de técnicos do INMETRO em comitês técnicos do Comitê Internacional de Pesos e Medidas - CIPM - e Sistema Interamericano de Metrologia - SIM -, como consequência do esforço por maior inserção internacional daqueles responsáveis pela Metrologia Científica e Industrial no Instituto; e b) o Bônus metrologia, fruto da parceria INMETRO/SEBRAE, cuja finalidade é subsidiar serviços prestados às pequenas e micro empresas por laboratórios de calibração e ensaios integrantes das Redes Metrológicas Estaduais e da Rede Brasileira de Calibração e Ensaios, melhorando os padrões da qualidade de bens e serviços brasileiros, com reflexos na competitividade do produto nacional e a implantação do Laboratório de Eletroquímica, da Divisão de Metrologia Química, com a disponibilização de serviços de calibração

de medidores de pH e de condutividade de soluções aquosas. O referido laboratório está capacitado a desenvolver o projeto de padronização primária em pH, o que ainda não existe no Brasil e é de vital importância para o desenvolvimento da indústria química no País.

A meta prevista para essa ação é de 3.000 padrões calibrados; o resultado obtido em 2002 alcançou 100,7% da meta, totalizando 3.021 padrões calibrados.

Por fim, a ação *disseminação da informação tecnológica*, inserida no programa em 2001, também tem papel prioritário nas atividades do INMETRO. Essa ação é responsável pela manutenção das bases de dados e funcionamento da página da Internet do Instituto, atendimento aos usuários e serviço de pesquisa informacional.

Na página da Internet do INMETRO, foram disponibilizados novos serviços tais como: uma Base Eletrônica de Dados atualizada de regulamentos técnicos e de empresas certificadas; o livreto didático sobre Avaliação da Conformidade; disponibilização do site em inglês; cartilhas educativas sobre produtos regulamentados; e o Manual de Barreiras Técnicas às Exportações. Como consequência dessa modernização houve um aumento expressivo dos acessos ao site, passando de uma média 30,5 mil acessos/mês em 2001 para quase 40 mil acessos/mês em 2002.

Em parceria com o Ministério da Justiça, dentro do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), foi implantado o Portal do Consumidor. O Portal, de fácil utilização, com totens de publicidade instalados pelo país, é um instrumento de informação e educação dos consumidores e terá ainda como alvos o setor produtivo, órgãos e entidades de defesa do consumidor e a mídia.

Com o objetivo de prestar um melhor atendimento ao público externo, foi implantado o teleatendimento (0300) na Ouvidoria do INMETRO, e a biblioteca foi informatizada. Foram lançados três novos serviços de apoio às Pequenas e Médias Empresas Exportadoras no combate às Barreiras Técnicas, tais como:

- ✓ Manual de Barreiras Técnicas às Exportações, que oferece aos exportadores uma ampla visão do que são Barreiras Técnicas, lista os acordos internacionais de reconhecimento mútuo e esclarece a função do INMETRO como Ponto Focal para o comércio exterior;

- ✓ Alerta ao Exportador, que é um serviço de informações diárias disponíveis aos exportadores sobre notificações enviadas à OMC, relativas a novos regulamentos técnicos nos países de seu interesse e que atinjam os produtos de sua empresa;

- ✓ Denuncie Barreiras Técnicas, serviço de recebimento e tratamento de denúncias sobre barreiras técnicas enfrentadas por produtos brasileiros em outros países.

Com o intuito de capacitar os pequenos e médios exportadores nos temas relacionados à competitividade para o comércio exterior; foi estabelecido um acordo com o *International Trade Center*, para cessão de direitos de tradução e divulgação de publicação do livro *Export Quality Management - An answer book for small and medium-sized exporters*, que foi traduzido e está sendo lançado em parceria com a CNI e o SENAI.

Em adição, foram feitos outros esforços no combate às barreiras técnicas tais como: parcerias com agências reguladoras para facilitar a notificação de regulamentos técnicos à OMC e a emissão de Notas Técnicas contribuindo para a consolidação da posição do INMETRO como Ponto Focal enquanto centro de informações e de conhecimento sobre o tema.

É importante destacar também a realização do "Encontro Internacional Inmetro de Metrologia e Qualidade", com a presença das maiores autoridades mundiais ligadas a esses segmentos, constituindo-se não só em importante marco para o aprimoramento da articulação internacional do Inmetro, mas também em um fórum de reflexão e divulgação de temas, essenciais para inserção do Brasil, no mundo globalizado. Este foi o maior seminário de metrologia e qualidade já realizado no país, reunindo mais de 70 renomados especialistas internacionais, representando 22 diferentes países.

Para 2002, a meta prevista era de 166.490 consultas atendidas. O resultado obtido no exercício foi de 158.862 consultas atendidas, o que representou 95,4% da meta.

O programa **Propriedade Intelectual**, de responsabilidade do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI –, visa garantir a propriedade intelectual e promover a disseminação de informações, com o intuito de estimular e diversificar a produção e o surgimento de novas tecnologias.

Em 2002, o programa caracterizou-se pelo esforço das Diretorias de Marcas e de Patentes para, apesar das restrições operacionais decorrentes do contingenciamento orçamentário e financeiro sofrido pelo INPI e da escassez de pessoal qualificado, atuar no sentido de atingir as expectativas de resultados estabelecidas nas metas das ações.

A ações *Avaliação de Processos de Registro de Marcas e Avaliação de Processos de Concessão de Patentes e de Registros de Desenho Industrial* não alcançaram as metas previstas para 2002, embora os resultados alcançados possam ser considerados satisfatórios. Do total de 70 mil processos de registro de marcas previstos para serem avaliados, apenas 50.472 foram concluídos, resultado que representa 72,1% da meta. Foram concedidas 12.218 patentes de um total de 14 mil que o INPI esperava conceder em 2002. Esse número significou o atendimento de 87,3% da meta prevista.

Por outro lado, as ações de averbação de contratos de transferência de tecnologia e de registro de programas de computador superaram as metas previstas para 2002. Foram averbados 1.944 contratos de tecnologia, de um total de 1.766 contratos previstos em 2002 (110,1%), e registrados 702 programas de computador, correspondente a 108% da meta estipulada, de 650 programas registrados.

Apesar de não mensurável pelos indicadores do PPA, cabe ressaltar a efetivação, ainda em fase experimental, da interligação *on line*, sem custo inicial, com o Banco de Patentes do Escritório Europeu de Patentes – EPO, o que permitirá ao INPI ampliar e agilizar radicalmente a prestação de serviços na área de informação tecnológica. A manutenção e a ampliação deste acesso dependerão de acordo a ser firmado com o EPO e envolverão custos que não puderam e não poderão ser arcados pelo INPI, no presente exercício.

Por fim, merece destaque a implementação dos benefícios fiscais à indústria de informática e automação por conta da Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, conhecida como “a nova Lei de Informática”. Essa medida deu um novo estímulo à indústria de informática no Brasil, e o seu acompanhamento foi uma das atividades prioritárias do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior durante o ano de 2002, embora não constante de nenhum Programa vinculado ao Plano Plurianual.

Essa iniciativa levou em consideração a capacidade da indústria de informática e telecomunicações de alavancar o desenvolvimento e a competitividade dos demais setores produtivos da atividade econômica do País e seus reflexos sobre a geração de emprego e renda para a população.

A nova Lei de Informática prorrogou a concessão de benefícios fiscais até 2009 – isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – para as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação de forma decrescente ao longo do tempo e diferenciada por região. Em contrapartida, as empresas beneficiadas devem cumprir o Processo Produtivo Básico (PPB) e investir em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) um percentual mínimo de seu faturamento bruto no mercado interno.

A Lei de Informática criou um ambiente favorável ao fortalecimento da indústria de informática instalada no país, garantindo estabilidade para o investidor, possibilitando a atração de novos investimentos nacionais e estrangeiros e o aumento das exportações de bens de informática e automação. Traz ainda benefícios para o consumidor – produtos mais baratos e tecnologicamente mais avançados –, além de contribuir para o desenvolvimento tecnológico do País e para melhorar a qualificação da mão-de-obra nacional.

A parcela do faturamento a ser investida em P&D permitirá a alavancagem dos recursos necessários ao fomento das atividades de ciência e tecnologia do país. Os recursos poderão ser aplicados tanto nas próprias empresas como em convênios com entidades credenciadas de ensino, oficiais ou reconhecidas, e no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT –, que patrocinará projetos de interesse nacional.

A Lei também avançou ao retirar a cumulatividade da incidência de P&D na cadeia produtiva dos produtos, desonerando os insumos e fomentando a produção local de componentes.

Vale ressaltar que esta Lei garante um diferencial tanto de incentivos fiscais quanto de investimentos em P&D em favor das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além da Zona Franca de Manaus, que já dispõe de tratamento diferenciado. Trata-se, portanto, de medida concreta de combate às desigualdades regionais

– desconcentração da produção industrial e de investimentos em P&D. Para regulamentar o investimento em P&D por parte das empresas instaladas em Manaus, foi editado o Decreto nº 4.401, publicado em 2 de outubro de 2002.

Desde dezembro de 2001 até dezembro de 2002, foram publicadas 213 Portarias Interministeriais, editadas pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Ciência e Tecnologia e da Fazenda, que habilitaram diversas empresas ao gozo de benefícios fiscais decorrentes da Lei de Informática. Para fiscalizar o cumprimento do PPB por parte das empresas habilitadas, o MDIC e o MCT editaram a Portaria Interministerial nº 177, publicada em 23 de outubro de 2002. Na hipótese de descumprimento do PPB ou de obstrução à fiscalização, a habilitação da empresa é suspensa temporariamente e, não sanada a irregularidade, é posteriormente cancelada.

Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas

Fortalecer as micro, pequenas e médias empresas, gerando e mantendo postos de trabalho e emprego, é o objetivo do Programa **Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas**, programa estratégico do Governo Federal que, vale ressaltar, já superou algumas de suas metas.

De 2000 a 2002, as principais metas do Programa eram as seguintes: a) realização de 1,8 milhões de operações de crédito para micro, pequenas e médias empresas; b) estruturação de 189 núcleos de artesanato em todo o País; c) implementação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; d) formação de 149 multiplicadores em gestão de micro, pequenas e médias empresas; e e) apoio a 30 projetos de infra-estrutura para a instalação de empresas desse segmento.

Os principais resultados sócio-econômicos das ações voltadas para o crédito às micro, pequenas e médias empresas foram a geração de postos de trabalho e a melhoria da qualidade da produção das empresas beneficiadas com financiamentos oriundos de agentes oficiais (Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Caixa Econômica Federal).

De janeiro de 2000 a dezembro de 2002, foram realizadas 4,24 milhões de operações de *Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas*¹ pelo BNDES, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, envolvendo recursos da ordem de R\$ 42,2 bilhões. A meta de operações para o período, portanto, foi superada em 135,5%. De janeiro a dezembro de 2002 foram realizadas, pelos mesmos agentes financeiros, 1,18 milhão de operações de crédito, envolvendo R\$ 10,1 bilhões.

Ainda no âmbito dessa ação foram previstos recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND com vistas ao financiamento de pequenas e médias empresas. Em 31.10.2002, o Conselho de Orientação do FND, integrado pelo BNDES, Banco do Brasil e FINEP, autorizou o repasse dos recursos para o BNDES, que o executou em 100%.

O principal resultado sócio-econômico das ações de *honra de aval e seguro de crédito* deste Programa foi a facilitação do acesso às linhas de crédito do BNDES e CAIXA por parte das micro, pequenas e médias empresas. Em 2002, as operações de honra de aval realizadas pelo BNDES, por meio do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, envolveram R\$ 24,3 milhões. No período 2000-2002, essas operações alcançaram R\$ 28,6 milhões.

A CAIXA, por sua vez, realizou 257,6 mil operações de seguro de crédito, envolvendo R\$ 2,4 bilhões. No período 2000-2002 foram, ao todo, 658,6 mil operações com seguro de crédito, envolvendo R\$ 5,7 bilhões.

A ação *Estruturação dos Núcleos de Produção Artesanal* visa fortalecer o segmento artesanal brasileiro, abrangendo a organização, a gestão, a formação empreendedora dos artesãos, a melhoria dos produtos, a estruturação de canais de comercialização e a divulgação e promoção do artesanato brasileiro. Com esse processo, foi possível a reinserção social de ex-detentos, a criação de postos de trabalho, a geração e o aumento da renda familiar, entre outros resultados alcançados.

¹ As ações de financiamento a micro e pequenas empresas são de responsabilidade do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal; as de financiamento a pequenas e médias empresas, do BNDES. Os valores foram consolidados nessa informação.

De 2000 a 2001 foram estruturados 108 núcleos de produção artesanal nos 26 Estados e no Distrito Federal, abrangendo a gestão/organização, a formação empreendedora e a melhoria dos produtos. Em 2002, no entanto, não foi possível a estruturação de 33 novos núcleos de produção artesanal. Assim, as atividades e resultados no âmbito dessa ação, neste exercício, foram canalizados especialmente para a comercialização, divulgação e promoção do artesanato brasileiro.

Desde o início deste Programa, vem sendo viabilizada a participação de todos os Estados e do Distrito Federal, por meio do "Espaço Brasil", em feiras, mostras e exposições, a exemplo da Feira Nacional de Artesanato (BH/MG – 2000/2001/2002), da Desejo Internacional – Beleza, Conforto e Lazer (São Paulo/SP - 2002), da Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Recife/PE - 2002), da Semana da Cultura Brasileira 2002 (Brasília/DF - 2002). Somente na Feira Nacional de Artesanato, realizada em Belo Horizonte/MG, no mês de novembro/2002, foram comercializadas mais de 30 mil peças de artesanato, com um faturamento de R\$ 268 mil em cinco dias de evento, superando em 43% todo o volume de negócios realizados em 2001.

Em 2002, visando dar início à estruturação para a comercialização em todo o País, foi doado um caminhão-baú para cada um dos 26 Estados e para o Distrito Federal. No campo da promoção e divulgação do artesanato, foi lançada a publicação "A Arte do Artesanato Brasileiro" em português, inglês e espanhol, a qual vem sendo distribuída no País e no Exterior. Esses caminhões e a publicação lançada foram custeados com recursos oriundos de crédito suplementar ao orçamento em 2001. Em março, foi lançada ainda, pelo MDIC, a campanha "A arte é brasileira, o mercado é mundial".

Desde abril de 2002, está sendo implementado o Projeto Rotas de Artesanato e Turismo, em parceria com o SEBRAE e agentes locais, abrangendo inicialmente um trecho de 250 km da rodovia BR 040, que vai de Petrópolis (RJ) a Barbacena (MG). Esse projeto tem como objetivo maior a integração do turismo com o artesanato local, com a participação dos Municípios localizados na Rota.

Em dezembro de 2002, foi iniciada a implementação de mais uma Rota, em Missões/RS, também em parceria com o SEBRAE e os agentes locais.

Uma outra parceria do MDIC que merece destaque é com o Grupo Pão de Açúcar, voltada para a comercialização de artesanato nas lojas desse Grupo. O piloto ocorreu em 5 lojas, em Brasília, no mês de maio de 2002, com a participação de artesãos do Distrito Federal. Estes comercializaram sua produção diretamente nos espaços organizados pelo MDIC, Grupo Pão de Açúcar e Coordenação Estadual de Artesanato do DF. O número de espaços poderá ser ampliado, abrangendo as 230 lojas do Pão de Açúcar, em oito Estados.

No âmbito do Acordo de Cooperação firmado entre o MDIC e o Ministério da Previdência e Assistência Social, em março de 2002, foi elaborada a cartilha "Artesão e a Previdência Social", contendo os direitos e deveres dos artesãos na Previdência Social. A versão simplificada dessa Cartilha está a cargo do Ministério da Previdência, ao passo que a edição mais elaborada está sob a responsabilidade do MDIC, que conta com o apoio do Banco do Nordeste para a sua impressão. Essa cartilha deverá ser lançada em 2003, a qual, além de levar informações a milhões de artesãos em todo o País, possibilitará a ampliação na base de arrecadação da Previdência Social.

Em 2002, em parceria com o Banco do Nordeste, foram lançados pólos produtivos nos seguintes Estados: Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Piauí, Sergipe, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão e Pernambuco.

Com o objetivo de promover ações de divulgação em áreas de grande fluxo de consumidores potenciais de peças de artesanato produzidos na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e no Espírito Santo, em uma parceria entre o Programa do Artesanato Brasileiro/MDIC e o Banco do Nordeste, a INFRAERO e as Coordenações Estaduais de Artesanato, foram iniciadas em dezembro de 2002, em catorze aeroportos nacionais, exposições intituladas "Mostra do Artesanato Nordestino", que funcionarão até fevereiro/2003.

O segmento artesanal foi incluído, no segundo semestre de 2002, nos Encontros de Comércio Exterior ocorridos nos Estados do Acre e do Ceará.

A ação *Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas*, cujo objetivo é a infraestrutura para micro, pequenas e médias empresas, tem sido objeto apenas de recursos oriundos de emendas ao Orçamento Geral da União. Essa ação tem como principal resultado sócio-econômico o desenvolvimento

empresarial local, por intermédio dos elos das cadeias produtivas onde predominam MEs e EPPs - os chamados pólos produtivos.

Nos anos de 2000 e 2001, foram apoiados 49 projetos de infra-estrutura para as micro, pequenas e médias empresas e para o segmento artesanal, com a construção de barracões, estruturas multiuso em pólos produtivos e centros de artesanato, por meio de convênios firmados com Estados/Municípios, entre eles: 18 no Paraná, 18 em Minas Gerais, 3 no Rio Grande do Sul, 3 no Ceará, 2 em Goiás, 1 no Espírito Santo e 1 no Acre.

Em 2002, foram concretizados mais 23 Convênios voltados para a infra-estrutura de micro, pequenas e médias empresas em diversas localidades do País. Desse total, a grande maioria (22) terá seus recursos liberados em 2003. Os resultados dessa ação para o período de 2000 a 2002 superaram a meta prevista em 63,3% já no final do exercício de 2001.

A ação *Estudos para a Promoção de Micro e Pequenas Empresas* tem como objetivo a realização de estudos que visam auxiliar a formulação de políticas mais adequadas para as micro e pequenas empresas, por intermédio do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O principal resultado sócio-econômico consiste na implementação de políticas públicas de promoção das microempresas e empresas de pequeno porte mais adequadas a esses segmentos empresariais, baseadas em estudos que privilegiam a atuação conjunta de órgãos do governo e da iniciativa privada.

O Fórum Permanente das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), decorrente da Lei nº 9.841/99 - Estatuto das ME e EPP, foi instalado em 2000 pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que o preside, tendo como objetivo assessorar na formulação de políticas, programas e ações voltadas para esse segmento empresarial.

Participam desse Fórum 48 órgãos do Governo, 47 entidades de representação de ME e EPP, além das entidades de apoio a esse segmento empresarial (SEBRAE e outros do Sistema S), que trabalham em seis Comitês Temáticos: Racionalização Legal e Burocrática; Investimento e Financiamento; Formação e Capacitação Empreendedora; Tecnologia e Inovação; Comércio Exterior e Integração Internacional; e Informação.

No período de 2000 a 2002 foram realizados 9 estudos, em vários temas, que subsidiaram algumas propostas já aprovadas e/ou em análise pelo referido Fórum.

Uma das propostas aprovadas pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é o projeto Telecentros de Informação e Negócios, que tem como principais objetivos a capacitação, a inclusão na sociedade do conhecimento e a informação das micro e pequenas, visando o aumento de sua competitividade, por meio da internet.

Foram instalados 3 Telecentros e a previsão é que estejam em funcionamento 116 unidades em todo o País até o primeiro semestre de 2003, em parceria com o SEBRAE e com entidades de representação das microempresas e empresas de pequeno porte.

Em 2002, foi adquirido um *software* específico, com a respectiva capacitação para sua utilização, visando a realização de diagnósticos/estudos dos pólos produtivos, elos das cadeias produtivas onde predominam as micro e pequenas empresas. Foram realizados cinco estudos contemplando diagnósticos dos pólos produtivos dos setores de confecções e vestuário, em uma parceria com os Programas Brasil Empreendedor e Fóruns de Competitividade.

A atuação nos pólos produtivos não consta nominalmente como uma ação deste Programa, mas tem sido viabilizada com a sua parceria, envolvendo ações de crédito, seguro de crédito, formação de multiplicadores em gestão e estudos para micro e pequenas empresas. De 2000 a 2002, foram trabalhados 21 pólos produtivos em todo o País.

Foi realizada, em 2002, a capacitação/formação especializada de 25 profissionais supervisores para as micro e pequenas empresas de confecções do pólo produtivo de Vila Velha/ES, por meio de convênio entre o MDIC e o CETECON – Centro Tecnológico de Confecções do Espírito Santo, no âmbito da ação Capacitação de Multiplicadores para Gestão de Micro e Pequenas Empresas. Essa ação tem como principal resultado sócio-econômico a melhoria na gestão empresarial de micro e pequenas empresas, não tendo sido contemplada nos orçamentos de 2000 e 2001.

O aumento crescente do comércio eletrônico no mundo impõe a necessidade de o Brasil se preparar para a competição internacional também por este meio de realização de negócios e comércio. Além disso, o comércio eletrônico apresenta-se como uma ferramenta útil para o aumento das vendas das empresas, contribuindo para o crescimento da produção nacional. Para as micro, pequenas e médias empresas, em especial, torna-se um instrumento bastante eficaz, já que têm grandes dificuldades na colocação do seu produto em mercados mais distantes. Nesse sentido, é necessário também desenvolver uma infra-estrutura jurídica para disciplinar o seu desenvolvimento.

Para a consecução desse objetivo e para atender a essa crescente demanda desses segmentos empresariais, foi criado em 2002 o programa **Comércio Eletrônico**, cuja responsabilidade é da Secretaria de Tecnologia Industrial, e que também visa realizar estudos e desenvolver o Programa Projeto Modelo em Comércio Eletrônico.

Em 2002, foi desenvolvido o *site* do Comitê Executivo de Comércio Eletrônico (<http://ce.mdic.gov.br>), e foi realizada pesquisa junto a 140 associações de classe, visando estruturar um portal de informações para negócios. Além disso, dois projetos modelo em comércio eletrônico foram iniciados: Governança e Comércio Eletrônico para o Pólo de Confecção de Nova Friburgo e Portal Multilingual da Produção Fotográfica Brasileira. Foi ainda publicado o resultado da pesquisa sobre exportação de empresas de base tecnológica.

O número de empresas que se apresentaram na internet e que realizam operações de comércio eletrônico cresceu substancialmente, havendo, no entanto, considerável desafio a vencer quanto à maior disseminação dessa tecnologia, em especial no comércio exterior. Considera-se tópico especialmente importante a atividade legislativa que afeta o comércio eletrônico.

Comércio Exterior

O tema "**Cultura Exportadora**", integrante do PEE - Programa Especial de Exportações, e do Avança Brasil, tem como objetivo conscientizar a classe empresarial para a importância do comércio exterior, difundindo a idéia e despertando o interesse pela exportação. A função básica do Programa é enraizar e disseminar a cultura exportadora em nosso País e estimular a formação de mentalidade exportadora junto aos setores produtivos brasileiros, com base na promoção comercial, desenvolvimento de recursos humanos e ampliação dos meios de divulgação, visando, assim, o aumento da base exportadora com empresas que continuam, por razões diversas, hesitando em se lançar ao mercado externo.

Em 2002, 19.341 empresas (incluídas neste índice as matrizes e as filiais) realizaram exportações, resultado que superou o número de 2001, de 19.179 empresas registradas como exportadoras.

Em articulação com outros Órgãos governamentais, a Secretaria de Comércio Exterior, em diversas iniciativas voltadas para a difusão da cultura exportadora, tem obtido excelentes resultados, sobretudo no que diz respeito a ações voltadas para a capacitação empresarial. Exemplo disso é o Projeto Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior – REDEAGENTES, fruto de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério do Trabalho e Emprego e o SENAI.

O projeto está sendo implantado com recursos do FAT e teve seu início no ano 2000, quando foram capacitados 800 agentes de comércio exterior, distribuídos por 186 municípios, em todas as unidades da Federação. Em 2002, foram capacitados 3.340 profissionais (entre formadores de agentes de comércio exterior, novos agentes e empresários) em diferentes municípios localizados em todas as regiões do País, com potencial exportador. Com a continuidade do projeto no ano 2003, serão atendidos aproximadamente 400 municípios.

Os agentes de comércio exterior têm como missão orientar os empresários de pequeno porte sobre como exportar. Além do atendimento de balcão realizado para as empresas, os agentes ministram treinamento com 40 horas de duração para profissionais ligados ao setor empresarial de pequeno porte (Treinamentos EPP). Desde o início do projeto até a presente data, já foram ministrados 150 Treinamentos EPP e 54 Treinamentos para Agentes. Em 2003, serão realizados mais 162 Treinamentos EPP e 34 Treinamentos para Agentes de Comércio Exterior, resultando em um total de aproximadamente 12.000 pessoas capacitadas pelo projeto até dezembro de 2003.

O projeto REDEAGENTES representa, para o setor governamental, maior capacidade de atendimento ao cidadão no que diz respeito ao comércio exterior, além de promover grande integração entre os diversos níveis de governo e a iniciativa privada e criar um instrumento de promoção de políticas de comércio

exterior. Sob a ótica do cidadão, o projeto possibilita o atendimento personalizado acerca dos assuntos relacionados com o comércio exterior em praticamente todo o país, colocando à disposição do usuário uma grande bagagem de conhecimentos e informações continuamente atualizadas, aumentando a oferta de emprego e oferecendo novas alternativas para as empresas de pequeno porte.

Outro projeto que foi desenvolvido pela SECEX, no âmbito do PEE, foi o *software* de treinamento à distância sobre comércio exterior, composto de informações ordenadas que descrevem os procedimentos necessários para efetuar uma exportação: o “Aprendendo a Exportar”. Este *software*, disponibilizado gratuitamente via Internet, está embasado em ambiente interativo com o usuário, onde se busca transmitir conhecimentos e orientação, em linguagem simples e de fácil assimilação para aqueles que tenham interesse em participar do processo exportador. Além do conteúdo técnico e didático, será incluída uma ferramenta eletrônica para treinamento do usuário, que servirá como simulador de uma exportação. Está sendo desenvolvido ainda o “Aprendendo a Exportar Setorial”, que também será disponibilizado via Internet, direcionado para diversos segmentos empresariais com potencial exportador, tais como têxteis e confecções, frutas e sucos, artesanato, couro e calçados, móveis, gemas e jóias, máquinas e equipamentos, perfumaria e cosméticos.

Com o objetivo de estimular a maior participação do empresariado brasileiro no comércio internacional e, principalmente, facilitar seu engajamento no processo exportador, a SECEX vem promovendo os Encontros de Comércio Exterior – ENCOMEX – em diversas regiões do País, buscando, nesse processo, maior aproximação com o setor privado, em especial com as micro, pequenas e médias empresas.

Iniciados em 1997, já foram realizados 55 encontros em todas as Capitais e em algumas cidades pólo. Estiveram presentes nestes eventos 26.665 participantes, envolvendo 11.798 empresas, distribuídas, principalmente, em micro (20%), pequenas (30%) e médias (23%), com uma média de 485 participantes, por evento. Em 2002, foram realizados 17 Encontros, número que superou a meta prevista para este ano, de 12 Encontros.

O ENCOMEX se tornou ferramenta fundamental para difundir a cultura exportadora, assim como para divulgar o trabalho executado por diversas áreas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC – e de diversas instituições parceiras. Nesse sentido, contribui para o aumento das empresas exportadoras e para a desconcentração da pauta de exportações brasileiras.

O programa **Desenvolvimento do Setor Exportador**, cuja principal diretriz é a simplificação do processo exportador, está sendo desenvolvido em sintonia com outras iniciativas governamentais, como o Programa Especial de Exportações – PEE, da Camex, e o Programa Cultura Exportadora. As diversas medidas que dele fazem parte contemplam desde aspectos relacionados com a informação e promoção comercial até atividades de natureza normativa e operacional.

O desenvolvimento e a implantação do Módulo Drawback - Eletrônico, no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), foi a principal realização dentro da ação *desenvolvimento de sistemas integrados de informações e operações para o comércio exterior*. O novo módulo, implantado em novembro de 2001, objetivou a informatização do processo de solicitação, concessão, acompanhamento e baixa de operações cursadas ao amparo do Regime Aduaneiro Especial de Drawback, mecanismo viabilizador de inúmeras operações de exportação, gerando receitas da ordem de US\$ 20 bilhões/ano.

Com essa medida, o exportador brasileiro pode contar com importante instrumento para a alavancagem de suas vendas externas, mediante a suspensão dos tributos incorridos nas importações de insumos destinados a compor produto final de exportação, mormente agora que sua concessão se dá exclusivamente por meio eletrônico.

A operacionalização do módulo Drawback Eletrônico conferiu maior agilidade e segurança na obtenção e controle daquelas operações e reduziu custos, com reflexos positivos sobre os ganhos operacionais e financeiros dos usuários, seja pela extinção dos diversos documentos exigidos pela antiga sistemática, seja pela automatização quase que completa dos processos de análise, acompanhamento e baixa.

O sistema está disponibilizado aos usuários em todo o território nacional, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em qualquer ponto de sua escolha, inclusive em sua própria empresa, e pode ser acessado via internet, por meio de aplicação web disponibilizada no Portal do Exportador (<http://www.portaldoexportador.gov.br/>). Esse módulo foi planejado para se interligar integralmente ao SISCOMEX, tanto no que se refere às operações de importação a ele vinculadas quanto às exportações compromissadas. A concessão de licenças de importação (LI) vinculadas às operações autorizadas está totalmente automatizada.

Desde sua implantação, foram aprovadas no Sistema Drawback Eletrônico mais de 4.000 operações, sendo que cerca de 80% concedidas automaticamente. Estas operações já representam um compromisso de mais de US\$ 16 bilhões em exportações.

Em 16 de dezembro de 2002, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) disponibilizou, no módulo Drawback Eletrônico, a função baixa, etapa importante do mecanismo, quando, então, o exportador comprova a realização das exportações compromissadas, completando, assim, o ciclo da operação, de forma simples, ágil e segura.

Ao desonerar as importações de insumos destinados a compor manufatura exportável, o Governo brasileiro busca dar maior competitividade ao produto nacional no mercado externo. Com o Drawback Eletrônico, o Governo incorpora mais um instrumento para que este objetivo seja mais facilmente alcançado.

Além de agilizar e modernizar o sistema, o novo DRAWBACK facilita o acesso ao regime, contribuindo dessa forma para ampliar a base exportadora brasileira, além de conferir maior segurança no controle das operações. Da forma como foi estruturado, o Registro de Drawback-RD tem uma base constante de alimentação e atualização de dados, que permitirá a concessão automática de 100% dos casos, sendo eficaz ferramenta para acompanhar todas as alterações e aperfeiçoamentos do processo produtivo da indústria brasileira.

Essa evolução representa ganho de tempo na concessão e baixa dos compromissos, agilidade e economia de custos com a redução e eliminação de formulários, qualidade da prestação do serviço, maior precisão na administração do Regime, fidedignidade da informação e geração de relatórios gerenciais tempestivos.

Ainda dentro desta ação, continuaram os trabalhos de modernização do SISCOMEX, que completou em 2002 dez anos de funcionamento. Destacaram-se na iniciativa a atualização da legislação, a constante eliminação de controles e encargos desnecessários e o refinamento das estratégias de acompanhamento de operações de exportação e importação.

O Sistema ALICE – Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior – foi aperfeiçoado e passou a contar com acesso via Internet (<http://alicesweb.mdic.gov.br>) desde o final de 2001, o que beneficiou a comunidade empresarial atuante no comércio exterior, órgãos governamentais e entidades diversas, facilitando a consulta a dados estatísticos de comércio exterior, importantes para a tomada de decisão na atividade. O sistema foi idealizado com o objetivo de modernizar a sistemática de disseminação dos dados estatísticos das exportações e das importações brasileiras.

No final de 2002, o sistema registrou mais de 20 mil usuários, oriundos de mais de 60 países, e mais de 300 mil consultas.

As iniciativas desenvolvidas no âmbito da ação *Coordenação do Processo de Execução de Serviços de Comércio Exterior* abrangem todas as atividades operacionais necessárias à atuação governamental no tocante ao licenciamento das operações de comércio exterior e sua adequação e consonância aos compromissos internacionais brasileiros assumidos no âmbito da Organização Mundial de Comércio – OMC e demais fóruns de negociação de acordos bilaterais ou multilaterais de comércio, bem como a adoção de mecanismos e implementação de iniciativas para o incentivo daquelas operações.

Os trâmites administrativos necessários às operações de exportação e de importação incluem a emissão de registros de exportação, licenças de importação, elaboração de normas, registros de venda, análise de operações especiais, dentre outros. Os recursos humanos para esta tarefa, em boa parcela, são técnicos oriundos do Banco do Brasil, cedidos ao Governo Federal por convênio, além de servidores efetivos da carreira de Analista de Comércio Exterior. Os custos para a manutenção da SECEX, inclusive o ressarcimento do pessoal do Banco do Brasil, são provenientes dos recursos orçamentários destinados a esta ação.

Em 2002, diversas medidas legais e operacionais foram adotadas no sentido de dar maior competitividade ao produto brasileiro no mercado internacional, destacando-se: a) ampliação do prazo máximo de validade para embarque nos registros de venda (RV) de café em grão, de até 180 dias para 360 dias, quando vinculados à Cédula de Produto Rural de Exportação (CPR); b) redução substancial do universo de produtos sujeitos a regras de padronização para exportação; c) monitoramento das importações de aço, para conter os reflexos da medida protecionista adotada pelos Estados Unidos, que ameaçaram provocar desvios no comércio internacional desse produto; d) emissão de cerca de 6 milhões de documentos eletrônicos de operações de exportação e importação brasileiras.

Os *Estudos de Comércio Exterior* constituem uma ação contínua do Programa. São realizados de acordo com necessidades identificadas, pelo governo ou mesmo pela iniciativa privada, na área de comércio exterior, sendo contratados junto a entidades especializadas, e orientam a tomada de decisão em negociações internacionais.

De janeiro a dezembro de 2002, dentro do projeto Radar Comercial, a SECEX desenvolveu nove estudos sobre os seguintes mercados: China, Reino Unido, Japão, Rússia, Índia, México, Alemanha, Canadá e França. Esse resultado superou a meta estabelecida para 2002, de 7 estudos a serem realizados. Paralelamente, a metodologia de estudos da série Radar Comercial vem sendo informatizada, de modo a facilitar a pesquisa de produtos em até 130 países, por meio da Internet ou de CD-ROM.

Outros resultados de 2002 que merecem destaque são: *a)* o incremento das exportações para a grande maioria dos mercados, destacando-se a Ásia (26,5%), a África (18,9%), o Oriente Médio (14,7%) e os Estados Unidos (8%) – este país passou a ser o maior importador dos produtos brasileiros em 2002, com US\$ 15,5 bilhões; *b)* a receptividade do Portal do Exportador, que de seu lançamento até dezembro/2002 contabilizou quase 300 mil acessos; e *c)* o lançamento do Vitrine do Exportador, em 24 de outubro de 2002.

Ao disponibilizar, em um único endereço, tudo o que é necessário saber para exportar, o Portal assegura, aos atuais e aos futuros exportadores, o acesso à legislação, sistemas, estatísticas, órgãos e entidades, e uma infinidade de informações importantes, que abrem as portas para novas oportunidades comerciais. Nele estão os acordos de comércio, os calendários de feiras e exposições, diferentes trabalhos de pesquisa, e mais de 400 *links* de assuntos relacionados ao comércio exterior.

O Portal disponibiliza ainda um canal de comunicação direto entre os exportadores e os órgãos responsáveis pelo processo exportador, o “Fala o Exportador”, que possibilita o atendimento ao público com agilidade e qualidade. Foram recebidas, até o final de 2002, 2.536 e-mails. Outros serviços disponíveis no Portal e já mencionados neste trabalho são o “Aprendendo a Exportar” e o “Alice Web”.

O Vitrine do Exportador tem como finalidade estabelecer o contato entre exportadores brasileiros e importadores estrangeiros, oferecendo um banco de dados com informações cadastrais e comerciais de mais de 20 mil empresas brasileiras. O serviço permite tanto o acesso aos dados das empresas como serviços gratuitos de atualização de informações comerciais e construção de vitrines virtuais nos idiomas português e inglês. Desde seu lançamento, o Vitrine do Exportador recebeu visitas de internautas de 40 países e 292 e-mails.

O terceiro programa de responsabilidade da SECEX é o de **Defesa Comercial**, cujo objetivo é consolidar a utilização dos instrumentos de combate às práticas desleais de comércio e aperfeiçoar os mecanismos de defesa comercial, que são fundamentais para que a indústria brasileira e os setores produtivos nacionais não sejam prejudicados por tais práticas ou por surtos de importações.

A ação “*Análise de processos de defesa comercial*” constitui uma das principais atividades do Departamento de Defesa Comercial - DECOM, da SECEX, e significa a defesa dos produtores domésticos contra práticas de *dumping* e subsídios nas exportações para o Brasil de terceiros países, bem como na defesa contra surtos de importações que provoquem dano à produção doméstica. Tal atividade consiste na realização de investigações de *dumping*, de subsídios ou de salvaguardas, em todas as suas etapas e, em sua análise, são observados os seguintes princípios: legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, contraditório e ampla defesa.

Em 2002, foram abertas dezesseis investigações e encerradas cinco investigações com aplicação de medidas, dez sem aplicação, todas abertas em 2001. Em 31 de dezembro de 2002, estavam em curso dezessete investigações. O direito *antidumping* provisório não foi aplicado em nenhuma das investigações em análise.

O “*Apoio ao exportador no processo de defesa comercial*” também foi uma ação prioritária do DECOM em 2002. Os exportadores que estejam sendo ou venham a ser afetados por medidas *antidumping*, compensatórias ou de salvaguardas na venda de seus produtos ao exterior contam com o apoio do DECOM, que está habilitado a prestar os esclarecimentos necessários e orientar os exportadores sobre os procedimentos para a elaboração de defesa no sentido de assegurar que as normas contidas nos Acordos *Antidumping*, de Subsídios e de Salvaguardas da Organização Mundial do Comércio – OMC – sejam plenamente observadas, com o objetivo de restabelecer as condições normais de mercado para as vendas brasileiras ao exterior.

No ano de 2002, o Ministério atendeu vinte e seis exportadores, tendo-lhes sido prestadas todas as informações solicitadas. Foram também realizados trabalhos internos com o objetivo de colaborar com as

autoridades investigadoras de terceiros países na identificação dos exportadores brasileiros envolvidos e de preparar a defesa dos mesmos junto a essas autoridades.

Com relação à participação em foros internacionais, o MDIC toma parte das discussões do Grupo de Negociações sobre Subsídios, *Antidumping* e Medidas Compensatórias e do Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados (Salvaguarda) da ALCA, contribuindo na formulação da posição brasileira e, conseqüentemente, da posição do MERCOSUL naquele foro; acompanha as discussões no âmbito do Comitê sobre Práticas *Antidumping*, Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias e do Comitê de Salvaguardas, do Grupo Negociador de Regras e do Grupo *Ad Hoc* sobre Implementação do Comitê sobre Práticas *Antidumping* da Organização Mundial do Comércio (OMC), com vistas a analisar a legislação dos países signatários dos Acordos de defesa comercial e aprimorar conceitos e critérios previstos nesses Acordos, elaborando, para tal fim, estudos que subsidiam a participação brasileira nesses eventos.

Além disso, compete ao Ministério participar da harmonização da legislação de defesa comercial do MERCOSUL, coordenando a posição brasileira no Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS) daquele Mercado. Dessa forma já foram elaborados o “Regulamento Relativo à Aplicação de Medidas de Salvaguarda às Importações Provenientes de Países Não-Membros do MERCOSUL”, o “Marco Normativo do Regulamento Comum Relativo à Defesa Contra Importações de *Dumping* Provenientes de Países Não-Membros do MERCOSUL” e o “Marco Normativo do Regulamento Comum de Defesa Contra Subsídios Concedidos por Países Não-Membros do MERCOSUL”.

Em 2002, foram desenvolvidos vinte e três estudos para subsidiar a participação brasileira nas reuniões dos Comitês da OMC que tratam de defesa comercial e de salvaguardas; nas reuniões dos Grupos de Negociação da ALCA, em temas relacionados à defesa comercial; e nas reuniões do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS) do MERCOSUL. Tal resultado superou a meta de 19 estudos, prevista para esse exercício.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – é o órgão responsável pelo Programa **Financiamento às Exportações**, cujo objetivo é alavancar as exportações brasileiras.

O *Financiamento a pequenas e médias empresas para exportação* é uma ação que contempla o Programa de Geração de Negócios Internacionais - PGNI, conduzido pelo Banco do Brasil. Esse programa tem como principal objetivo a ampliação da base de pequenos e médios exportadores. Para tanto, foi criada uma rede de Núcleos Regionais de Apoio à Realização de Negócios Internacionais (NURIN). Atualmente o PGNI está presente em todos os estados brasileiros. Nas agências, os exportadores são atendidos por Gerentes de Negócios Internacionais (GENIN), que são profissionais capacitados a prestar assessoria técnica às empresas em todas as fases da operação comercial e financeira, colocando à disposição produtos como ACC/ACE, Proex, Consultoria em Negócios Internacionais, entre outros.

Em 2002, o PGNI atendeu 1.955 empresas em todo país. Apesar de ter havido uma redução de 2% abaixo da meta estabelecida no PPA para 2002, 519 empresas tiveram acesso a crédito internacional, na modalidade ACC/ACE, pela primeira vez. Nessa mesma modalidade, em volume de recursos, foram realizados negócios da ordem de US\$ 2.742 milhões. Foram registradas 23.397 operações, das quais 85,3% com pequenas e médias empresas. O programa possui 95 gerentes de negócios, e já foram identificadas 10.000 empresas para atendimento.

A ação *Financiamento de Longo Prazo às Exportações* é desenvolvida dentro do BNDES, com recursos da carteira do Banco, e sua principal função é oferecer financiamentos de longo prazo nas modalidades Pré-embarque, Pré-embarque especial e Pós-embarque para exportadores nacionais. Especialmente em 2002, houve a criação de uma linha emergencial para amenizar a escassez de crédito de curto prazo para exportação, o Programa Pré-embarque de Curto Prazo.

A importância desta ação é principalmente suprir falhas no mercado financeiro brasileiro privado, que não dispõe de linhas de financiamento de longo prazo competitivas em relação às similares oferecidas nos mercados internacionais.

A despeito de estar facultado a financiar praticamente todos os segmentos industriais e seus produtos, excetuando-se as *commodities* e os produtos básicos, o BNDES tem focado seu apoio nas exportações de bens de capital, serviços e bens de maior valor agregado, tendo em vista que estes demandam prazos de financiamentos mais longos e condições de financiamento mais competitivas.

Os desembolsos do BNDES voltados para exportação em 2002 totalizaram US\$ 3.947 milhões, valor que superou a meta prevista, de US\$ 3.477 milhões, e que representou cerca de 6,6% das exportações brasileiras. Esse resultado superou a média dos anos anteriores – 5,6% em 2000 e 4,5% em 2001.

Tal aumento do coeficiente de desembolsos sobre exportações resultou de dois fatores. No acumulado de 2002, houve um crescimento de 51,7% de desembolsos do BNDES para exportação contra um crescimento de apenas 3,3% das exportações brasileiras. Os desembolsos do BNDES cresceram em praticamente todos os meses, no entanto as exportações brasileiras só superaram o volume registrado em 2001 nos últimos meses. Além desses fatores, a criação do Programa Pré-embarque de Curto Prazo também contribuiu para o crescimento do financiamento à exportação do BNDES sendo responsável pela liberação de US\$ 634 milhões neste ano.

Nos financiamentos pós-embarque, em particular, cujos prazos de financiamento são mais longos, houve um crescimento de 63,5% ou US\$ 1.036 milhões em termos absolutos em relação a 2001. Em 2002, o Programa Pós-embarque totalizou US\$ 2.669 milhões de desembolsos em 556 liberações.

Vale destacar o esforço feito no sentido de aumentar os financiamentos destinados às Micro, Pequena e Média Empresas (MPMEs), que no ano de 2002 corresponderam a um recorde histórico de US\$ 94,5 milhões liberados, representando um crescimento de 129% em relação ao valor liberado no ano de 2001. A participação em número de empresas atendidas também foi expressiva. No acumulado do ano, 40% do total de empresas financiadas eram de pequeno ou médio porte.

A ação *Financiamento e Equalização de Juros para Promoção das Exportações* consiste no PROEX, criado em 1991 e que passou por várias modificações ao longo de sua existência. Mas as linhas gerais de sua configuração ainda são suas duas modalidades: Equalização e Financiamento. Ambas são destinadas a oferecer ao exportador nacional condições de competitividade nos financiamentos equivalentes àquelas obtidas pelos exportadores estrangeiros em seus mercados de origem.

Na primeira, o Proex assume parte dos encargos financeiros objetivando compatibilizá-lo com o mercado internacional; na segunda, há o financiamento direto do exportador ou importador de bens e serviços brasileiros, mediante a constituição de garantias adequadas.

Na modalidade equalização, a gestão do Programa é de responsabilidade do Banco do Brasil mas os recursos são utilizados pelas instituições financeiras provedoras de recursos destinados à exportação. Já na modalidade financiamento, os recursos são utilizados exclusivamente pelo Banco do Brasil, que opera na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional.

Em 2002, o Proex-Equalização apoiou US\$ 2.023,7 milhões em exportações. Em termos de quantidade, foram realizadas 911 operações, com 152 beneficiários. Em 2001, o valor das exportações apoiadas foi de US\$ 8.193,1 milhões. O motivo da queda advém da equalização para operações de exportação de aeronaves estar retida, mas deve ser liberada como “Restos a Pagar”.

O principal destino das exportações apoiadas pelo programa Proex-Equalização em 2002 foi o Nafta (37%), seguido da APEC (21%). Os principais exportadores pertencem ao setor de transporte (57%) e máquinas e equipamentos (32%).

No Proex-Financiamento, as exportações efetivadas dentro do programa foram de US\$ 437,7 milhões. Nesta modalidade, foram realizadas 1.075 operações, e 308 empresas foram beneficiadas em 2002. Um dado relevante é que do total de operações realizadas, 68% foram com pequenas e médias empresas, e que, em termos de valor da exportação, estas responderam por 24%.

Das exportações apoiadas pelo Proex-Financiamento, destacam-se os 37% destinados à África (fruto de um acordo com Angola) e os 25% à ALADI. Os principais setores exportadores foram os de serviços (49%) e máquinas (11%).

Por fim, vale ressaltar que os resultados do PROEX são bastante positivos se se considerar o efeito negativo que a desvalorização cambial exerceu sobre a dotação orçamentária do programa, que é estabelecida em reais.

Desenvolvimento Regional

O programa **Pólo Industrial de Manaus** tem como objetivo fortalecer a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus pelo adensamento, de forma competitiva, da sua cadeia de produção. A lógica do fortalecimento está centrada na tentativa de equilibrar a balança comercial da Zona Franca de Manaus a partir dos vetores da exportação e da atração de fornecedores competitivos no período do PPA 2000-2003.

A ação *Concessão de Incentivos Fiscais para Projetos Industriais e Agroindústrias* objetiva fortalecer e organizar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus mediante o adensamento competitivo de sua cadeia produtiva, mediante a concessão de incentivos fiscais, fator fundamental de atração de investimentos para o desenvolvimento da região.

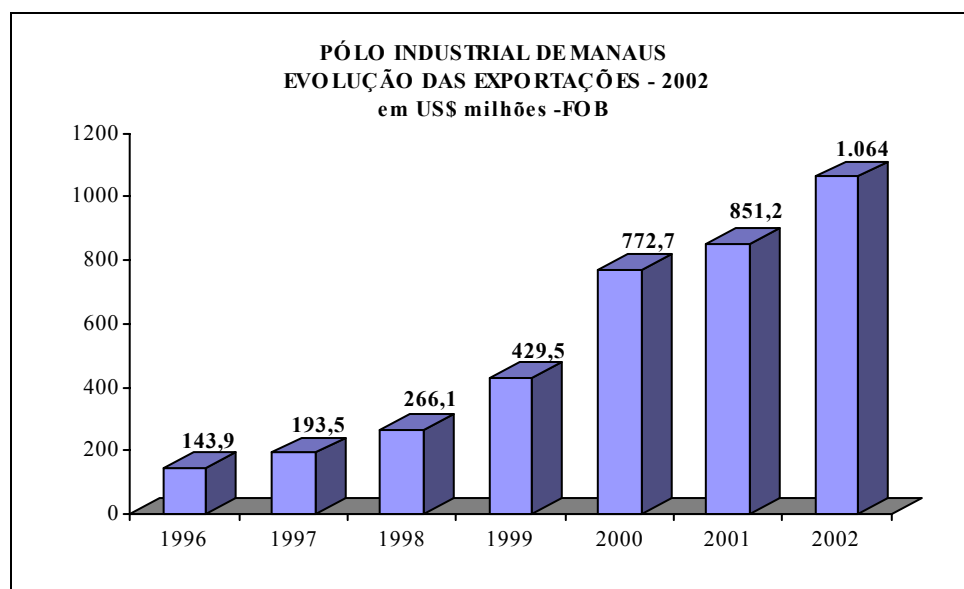
Os novos empreendimentos aprovados em 2002 com os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus foram resultado de cinco reuniões realizadas pelo Conselho de Administração da Suframa – CAS, onde foram aprovados um total de 218 projetos industriais, dos quais 79 são de implantação, número superior aos 50 previstos no PPA para o exercício.

Estima-se que esse conjunto de projetos, quando plenamente implantados, propiciarão a geração de 13.381 empregos e investimentos totais equivalente a US\$ 1,2 bilhões, no terceiro ano de implantação.

Esta ação possibilita que a autarquia faça o acompanhamento sistemático dos projetos industriais incentivados nas fases de aprovação do projeto técnico-econômico, construção fabril até a implantação efetiva das linhas de produtos previstos, monitorando a execução dos compromissos de exportação, investimentos, geração de emprego e controle de certificação da qualidade (NB/ISO).

A ação *Fomento às Exportações do Pólo Industrial de Manaus – PEXPAM* – está centrada na busca de equilibrar a balança comercial da Zona Franca de Manaus, a partir do vetor exportação, da promoção do intercâmbio entre países e da aproximação entre as empresas do Pólo Industrial de Manaus - PIM com empresas estrangeiras para a geração de negócios.

Em 2002, a ação atingiu o volume de exportação de US\$ 1,064 bilhão, resultado considerado promissor frente a uma cultura exportadora em processo de formação. Embora não tenha sido atingida a meta prevista no PPA para o exercício, as exportações do Pólo vêm batendo recordes sucessivos a cada ano, conforme demonstra a série histórica a seguir:



Fonte: MIDC/SECEX – Sistema Aliceweb

Elaboração: SUFRAMA (Departamento de Promoção de Investimento – DEPIN)

Esses resultados são frutos do esforço institucional para estimular os negócios no Pólo Industrial de Manaus, implementados através de políticas e mecanismos específicos (seminários de divulgação das

potencialidades e dos produtos do Pólo Industrial de Manaus - PIM, participação em missões empresariais e feiras internacionais, acompanhamento e participação em negociações e missões comerciais internacionais no âmbito do MERCOSUL e da Comunidade Andina), visando resguardar os interesses do modelo da ZFM.

A SUFRAMA, com o objetivo de eliminar os entraves tecnológicos que obstam as exportações, concluiu o Estudo de Viabilidade (fase zero), do Projeto do Centro Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus – CT-PIM, que contempla 54 projetos/programas estruturantes, albergados em 18 competências, a saber: Gestão Estratégica, Empreendedorismo, Gestão da Qualidade e Produtividade, Tecnologia Industrial Básica, Monitoramento e Proteção Ambiental, Microsistemas, Mecaoptoeletrônica, Tecnologia da informação, Projetos de Produtos e Gestão da Inovação, Processos de Fabricação, Tecnologia de Reciclagem, Energia Elétrica, Telecomunicações, Logística, Instalações Industriais, Mecanismos e Componentes Eletrônicos, Componentes Termoplásticos, Embalagens e Material gráfico. Como consequência do referido estudo, estão em curso procedimentos visando a implementação da fase 01, que terá início com a implantação do Centro de Gestão Estratégica.

É importante ressaltar o avanço na conquista dos mercados dos Estados Unidos e México, que, de 3º e 5º lugar, respectivamente, no *ranking* de exportação, hoje ocupam os dois primeiros lugares (US\$ 580 milhões e US\$ 68 milhões, respectivamente). Os principais produtos exportados são telefones celulares, aparelhos de TV, concentrados de bebidas, receptores de sinal digital, motocicletas, aparelhos de barbear e monitores de vídeo.

Adicionalmente às exportações, destaca-se o nível de faturamento do PIM, que em 2002 atingiu US\$ 9,1 bilhões. Em reais, o faturamento alcançou o patamar de R\$ 30 bilhões.

A ação *Edição e Distribuição de Publicações sobre Oportunidades de investimentos no Pólo Industrial de Manaus* tem como propósito divulgar as oportunidades de negócios e vantagens competitivas oferecidas pelo Pólo Industrial de Manaus, visando a atração de novos empreendimentos, o aumento da oferta de emprego e a geração de renda na Zona Franca de Manaus.

Esta ação tem considerável importância dentro do programa, na medida em que seus resultados contribuem diretamente para a atração de novos empreendimentos, os quais, no médio e longo prazos, possibilitarão para o incremento dos níveis de faturamento, de exportação, de emprego e de renda.

A elevação do nível de faturamento do parque industrial local, por seu turno, implica maior volume de arrecadação, elevando os recursos destinados à implementação da política pública complementar do governo federal na interiorização do desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Relativamente ao ano de 2002, foram publicados e distribuídos 72.622 exemplares entre títulos e folheterias, número superior à meta de 26.000 exemplares inscrita originalmente no PPA para o exercício.

Foram editados e publicados na mídia impressa e eletrônica os seguintes produtos:

- ✓ exemplares do folder “Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental” e do catálogo sobre os produtos produzidos no PIM, em português, inglês e espanhol;
- ✓ exemplares do folder “Boas Oportunidades por natureza”, em português, espanhol, inglês, japonês e chinês;
- ✓ atualização da revista “ZFM e Amazônia Ocidental: um modelo de desenvolvimento sustentado”;
- ✓ exemplares do “Boletim Informativo” em quatro edições: fevereiro, março, abril e maio;
- ✓ livretos sobre Potencialidades Regionais e sobre Processo Produtivo Básico – PPB (1993 a 1995; 1996 a 1998 e 1999 a 2001);
- ✓ Atualização de livretos sobre Manual de Orientação para Celebração de Convênios;
- ✓ fitas de vídeo (“Amazônia: Boas Oportunidades por Natureza” e “ZFM e Amazônia Ocidental: um modelo de Desenvolvimento Sustentável”), em português, inglês e espanhol;

✓ revistas eletrônicas “ZFM e Amazônia Ocidental” e “Amazônia: Boas Oportunidades por Natureza”.

Por fim, a ação *Eventos para promoção comercial*, inserida no Plano neste exercício, está fundamentada em três segmentos distintos: eliminação dos constrangimentos externos relativos à proteção dos mercados, incremento das exportações e atração de investimentos como perspectiva de consolidação do PIM.

Como principal evento promocional, destacou-se a realização da 1ª Feira Internacional da Amazônia, ocorrida no período de 10 a 13 de setembro, em Manaus. Os resultados superaram as expectativas: houve a participação de 250 convidados especiais do Brasil e do exterior (183 estrangeiros de 37 países), 230 expositores puderam mostrar os mais diversos produtos para aproximadamente 130 mil visitantes.

Das 283 reuniões realizadas durante as rodadas de negócios, participaram 152 empresas, sendo 138 do Brasil (96 do Amazonas e 42 do AC, PA, PB, RJ, RO, SP e TO) e 14 do exterior (África do Sul, Argentina, Chile, Costa Rica, EUA, Equador, México, Peru, República Dominicana e Uruguai). Foram gerados negócios em torno de R\$ 5 milhões, resultado superior em 11% ao número estimado.

Foram realizados 12 eventos, número superior em 50% à meta prevista, de 8 eventos. Os demais eventos foram os seguintes: seis seminários (Pesquisa para o Desenvolvimento da Amazônia; Fitoterápicos e Fitofármacos; As Oportunidades de Investimentos na Amazônia; Turismo; *Os Novos Rumos da Zona Franca de Manaus*; e Biodiversidade); Bolsa Internacional de Turismo na Amazônia; Rodadas de Negócios e de Projetos; Encontro da Rede Amazônica de Incubadora de Empresas; Palestras sobre o Projeto Centro Tecnológico – CT-PIM – e Visita ao Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA.

Espera-se, a partir do primeiro ano da Feira, um incremento das exportações, a implantação de empresas nos segmentos contemplados pela Feira e uma aproximação entre empreendedores da região e as empresas estrangeiras para geração de negócios e a formação de parcerias nas áreas científica e acadêmica.

Em termos de empregos gerados no PIM, observou-se um incremento médio mensal de 2,74%, apesar do desemprego tecnológico e de toda a conjuntura econômica internacional. O PIM emprega atualmente 56.212 pessoas, contra os 54.715 empregados em 2001.